

Acordo não envolve mandato

ANC

O GLOBO Segunda-feira, 9/3/87

de Sarney

ANC 88
Pasta 06 a 11
março/87
058

SALVADOR — O Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, informou ontem à noite que o acordo entre os partidos que compõem a Aliança Democrática — o PMDB e o PFL — deverá ser firmado hoje, depois que o Presidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, Deputado Ulysses Guimarães, avalizar a nova redação dada ao parágrafo 7º do artigo 57 do substitutivo elaborado pelo Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder do PMDB no Senado, para o Regimento Interno.

O Deputado Carlos Santana nega, entretanto, que no entendimento entre os partidos se tenha discutido a duração do mandato do Presidente José Sarney.

Na noite de ontem, os líderes

Luís Henrique, do PMDB, e José Lourenço, do PFL, voltaram a discutir os termos do acordo entre os partidos, embora a questão da soberania da Assembléia Constituinte, ponto mais polêmico do substitutivo, já tivesse uma solução.

A Constituinte, pelo entendimento entre os partidos, poderá apenas impedir, através de projetos de decisão, "medidas que ponham em risco a soberania da Constituinte". Ou seja, atos do Executivo que inibam o funcionamento da Constituinte, como decretação de medidas de emergência, previstas na atual Constituição.

Do ponto de vista político, com o acordo na Aliança Democrática, o Governo obteve a garantia de que a duração do mandato do Presidente José Sarney

somente será discutida quando a Constituinte examinar as disposições transitórias da Nova Carta ou, dependendo de parecer da Comissão de Sistematização, quando se discutir a organização do Estado.

Sant'Anna atribui peso maior na controvérsia entre os partidos da Aliança Democrática à possibilidade de que a Constituinte, conforme o substitutivo, pudesse alterar decisões da área econômica do Governo.

— Pela redação dada ao parágrafo 7º do artigo 57, a Constituinte poderia mudar a política econômica de um dia para o outro, o que não seria admissível. Afinal, existe um Governo funcionando normalmente — argumenta o Líder.

O problema central, segundo Sant'Anna, era a questão da estabilidade das instituições. Com

o Governo legitimamente eleito, não haveria nenhuma razão para que a Constituinte exercesse um poder paralelo.

Na opinião do Deputado, todas as questões polêmicas que surgirem durante a elaboração da nova Constituição deverão ser solucionadas por acordo entre os partidos que compõem a Aliança Democrática. Ele esclarece que a Comissão de Sistematização decidirá sobre qual a comissão que terá a incumbência de examinar a questão da duração do mandato presidencial.

Pelo entendimento entre o PFL e o PMDB sobre a nova redação do artigo 57, não há nenhum risco de que um projeto de decisão votado pela Assembléia Constituinte encurte o mandato de seis anos do Presidente José Sarney.

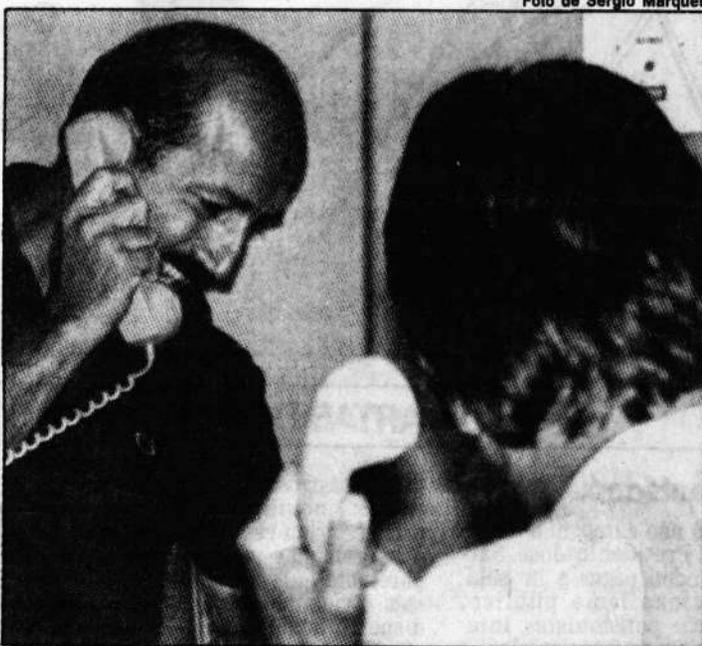
Líder insiste: se for preciso, PMDB mede forças

BRASÍLIA — No caso de não haver o entendimento para fechar o acordo e aprovar amanhã o Regimento Interno da Constituinte o PMDB está disposto a "medir forças" em plenário, conforme informou seu Líder na Câmara, Deputado Luís Henrique, que passou o dia todo de ontem preparando o partido para isso.

Os funcionários da liderança do PMDB na Câmara também passaram o dia de ontem buscando contato, por telefone, com cada um dos Deputados da bancada, convocando-os para estarem em Brasília a partir de hoje, para a votação.

Caso vá disputar em plenário a aprovação do Regimento, o PMDB, segundo Luís Henrique, defenderá a soberania da Constituinte (na forma expressa pelo artigo 57 da proposta do Senador Fernando Henrique Cardoso); o não funcionamento da Câmara e do Senado; e a petição popular (apresentação de propostas por um mínimo de 30 mil cidadãos).

Luís Henrique, que antecipou sua volta a Brasília para negociar com os demais líderes partidários a aprovação do Regimento, passou todo o fim de semana em conversas políticas. Depois de uma reunião de mais de uma hora com o Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, na noite de sexta-feira, Luís Henrique conversou durante duas horas com o Ministro-Chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, no Palácio do Planalto, e ontem falou ao telefone com o Líder do PT,



Luís Henrique, durante o dia, convocando Deputados a Brasília

Luís Inácio Lula da Silva e com o do PDS, Amaral Netto. O assunto era um só: a necessidade de aprovação, o mais rapidamente possível, do Regimento Interno da Constituinte.

— Vamos guerrear na Constituinte, propôs Luís Henrique a Amaral Netto.

— Mas precisamos saber as regras da guerra para nos programarmos — retrucou o Líder do PDS.

Contudo, o Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna, ontem à tarde dizia-se surpreso com a decisão do Líder Luís Henrique, de estar disposto a confrontar forças no plenário. Sant'Anna afirmou saber

da orientação que o Deputado Ulysses Guimarães passou a Luís Henrique, antes de viajar: era para procurar acordo com os demais partidos.

As conversas vão se aprofundar a partir da manhã de hoje, em sucessivas reuniões já marcadas. Está prevista ainda uma reunião de todos os líderes partidários, comandada pelo Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães.

Segundo o Deputado Luís Henrique, as conversas já mantidas com os líderes partidários apresentam um resultado "já razoável". O PFL e o PDS, que fazem questão do funcionamento da Câmara, já aceitam que isso

ocorra de forma parcial: apenas o plenário, duas a três vezes por semana, sem a instalação das comissões técnicas.

— Queremos o funcionamento da Câmara como uma válvula de escape — explica Amaral Netto, para quem o plenário da Constituinte não comporta um "pinga-fogo" do modo como esta ocorrendo, quando Deputados fazem denúncias referentes a seus Estados.

Ele próprio diz que hoje quer se utilizar da Tribuna para denunciar o que chamou de "crime, assalto" a publicação ontem de seis páginas de propaganda do Governo Brizola em jornais de todo o País.

— Levar isso ao plenário da Constituinte não é bom — disse.

Amaral Netto está disposto a negociar suas exigências afirmando que "tudo em política é acordo".

— Se não houver o acordo, eles (o PMDB) podem até vencer, mas chegarão ao final destroçados. Não adianta uma vitória de pirro — disse.

A nova redação do parágrafo sétimo do artigo 57 da proposta de Regimento, segundo Luís Henrique, está "praticamente acertada" com o Líder José Lourenço, a partir de um entendimento com base na emenda do Deputado Maurílio Ferreira Lima. Falta, ainda, o entendimento sobre o item da petição popular que, conforme Luís disse a Amaral Netto, é uma reivindicação "de setores da Igreja".

Lourenço pede partidos unidos contra crise

BRASÍLIA — O Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço, defendeu ontem a necessidade de a Aliança Democrática estar "mais unida do que nunca" a fim de que o Governo brasileiro tenha sustentação política para enfrentar a crise econômica. Lourenço, que vinha sendo o porta-voz de ameaças aos "infiéis do PMDB", afirmou que "o momento não é de bravatas, mas de união interna".

A preocupação de Lourenço, manifestada após viajar ao lado do Presidente Sarney a Salvador, se baseia na grave crise econômica que o País vive, com suas reservas cambiais sendo reduzidas aceleradamente. Ele vê como uma intenção de "isolar o Brasil" a decisão dos banqueiros internacionais de concluir as negociações das dívidas externas de países da América Latina, como o México, Argentina, Venezuela e Chile.

— É preciso que estejamos unidos para que os banqueiros internacionais entendam que suas ameaças não intimidam o



Lourenço agora quer união

Brasil. O que está em jogo é de interesse do País e não do PMDB ou do PFL — disse o Líder.

Ao pregar a necessidade de entendimento entre o PMDB e o PFL, Lourenço afirma que "o

momento não é mais de se tentar identificar quem levou o País a esta situação, mas tentar resolver o problema". Ele voltou a cobrar do PMDB "uma definição clara" de seu apoio ao Presidente José Sarney.

— Precisamos ver agora quem vai desembarcar desse trem — comentou

José Lourenço foi acusado nas últimas semanas por lideranças expressivas do PMDB, inclusive Ministros, de estimular o Presidente José Sarney a adotar um comportamento repressivo em relação ao PMDB sob o pretexto de uma suposta infidelidade do partido às teses mais importantes do Executivo. Ontem, cauteloso, Lourenço não quis comentar a estratégia do Governo, por ele próprio anunciada, de lançar mão dos cargos federais para conter os focos de rebeldia registrados especialmente em alguns setores do PMDB.

— Se o Presidente vai fazer isso eu não sei — limitou-se a dizer.

Lucena: Senado deve funcionar

BRASÍLIA — "O funcionamento prioritário da Constituinte não pode evitar que o Senado, a Câmara e o Congresso Nacional cumpram suas atribuições constitucionais, que são as de votar a legislação ordinária". A opinião é do Presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), para quem uma ou duas sessões semanais serão suficientes para que matérias de "relevante interesse nacional e de caráter urgente" sejam votadas.

Lucena adiantou que a sessão extraordinária, marcada para hoje às 18h30, terá como principal finalidade a reforma do Regimento interno do Senado, para compatibilizar o funcionamento da Casa com os trabalhos prioritários da assembléia Nacional Constituinte. O importante, no entender do Presidente do Senado, é que as sessões não coincidam com os horários da Constituinte, e por isso devem ser marcadas para o período da manhã ou da noite.